

Conflitos sociais básicos

É o momento de retomar a análise dos conflitos sociais básicos de que se comentou anteriormente. Primeiramente, dois deles: o conflito entre o setor formal e informal da economia e o confronto entre as pessoas de bem e os que transgridem a lei. Depois falaremos do antagonismo entre os que vivem agora e os que viverão no futuro, e da disputa entre a burocracia do Estado e os políticos eleitos e seus indicados para cargos de confiança.

A existência de um enorme setor informal na economia brasileira é um problema de primeira grandeza. A informalidade é indicativa do fracasso das instituições nacionais de se fazerem prevalecer em todos os segmentos da população. As pessoas que atuam nesse setor aparentemente estão se beneficiando por não pagarem a maioria dos impostos. No entanto, o prejuízo de ter seus negócios não protegidos por garantias legais tem que ser pesado. Exemplificando, os que atuam na clandestinidade não fazem jus ao pagamento da aposentadoria, não são amparados por direitos trabalhistas, não podem oferecer à sua clientela o certificado de garantia da fiscalização pública como os de natureza sanitária, de controle de qualidade, de adequação do produto a especificações de conteúdo e de peso e outros do gênero. Além disso, os informais não podem reclamar das ações de outros com os quais de envolvam em negociações: o empregado tem menos recursos para reclamar do tratamento dos patrões; a firma demandante não tem como ir à justiça apelar contra os fornecedores, o consumidor não recebe nem mesmo nota fiscal a fim de exigir a troca ou devolução em caso de mercadoria adquirida que apresente falha qualquer na especificação, e assim por diante. O mundo da clandestinidade é vítima da burla, do engano e do contrato doloso. Para o consumidor, a trapaça viria da mercadoria falsificada, adquirida de contrabando, da adulteração do produto etc.; para a firma, advém da matéria-prima fora das especificações, do equipamento defeituoso pondo em risco a produção, dos contratos que não são honrados e outros problemas. O governo também sofre com a informalidade, pois muito imposto de ser arrecadado. Os que atuam nela demandam serviços públicos gratuitos mesmo sem sua cota de contribuição, por intermédio dos impostos, no sustento deles.

Por vezes, o setor informal da economia apresenta-se fragilizado diante das ameaças de criminosos, ao mesmo tempo em que é conivente com a contravenção ao adquirir mercadorias adulteradas, contrabandeadas e falsificadas. Os clandestinos são amiúde vítima de chantagem e extorsão por parte de terceiros, inclusive oriundas da fiscalização pública, com os maus funcionários tolerando a evasão de impostos mediante pagamento de propina. Em suma, a informalidade cria a categoria de um cidadão de segunda classe, desprovido de garantias institucionais e ameaçado de variadas formas. A clandestinidade existe porque há um custo considerável em atuar no setor formal da economia. O clandestino não é necessariamente um criminoso, muito embora o setor informal da economia facilite a ação de quadrilhas.

O grau de informalidade da economia constitui um indicador evidente da precariedade das instituições. Na maioria das vezes, as instituições não funcionam simplesmente porque os agentes não atendem às normas que elas procuram impor. O custo da transgressão mais do

que compensa o custo de atuar conforme os parâmetros legais. O fiasco das instituições deve-se a dois fatores: (1) Elas não são realistas quanto a atitudes e expectativas do público que pretendem atingir. (2) Impõem ônus demasiado ao segmento que se deixa seguir por elas. O principal atributo de uma instituição social é o poder que tem de impor um comportamento obediente a regras. As pessoas obedecem a regras por três motivos: pelo medo evidente da punição (elemento de submissão), mas também pela busca de aprovação de nossas condutas pelos demais (elemento de identificação) e para evitar a vergonha de ser pego violando a norma (elemento de *internalização*). Pode-se considerar também o motivo econômico como um fator à parte. Então sem mecanismos eficientes de punição, sem a prevalência da moralidade e sem um conjunto considerável de pessoas desejosas de servir de bom exemplo as instituições não funcionarão muito bem. Por maior que seja a punição, por exemplo, com multas, com a mercadoria apreendida etc., as pessoas poderão, assim mesmo, continuar na clandestinidade se pequeno o risco de ser pego, ainda mais com fiscais potencialmente corruptos. Além disso, por mais que a pessoas se sinta moralmente incomodada com a atuação clandestina e sonhe em trabalhar nos moldes da legislação, pode ser que ela não tenha como se adequar às regras vigentes devido ao custo elevado da regularização do negócio. Ou seja, a instituição não funcionaria adequadamente nem se a fiscalização fosse honesta e inflexível, e os indivíduos desejosos de seguir a regra, simplesmente pelo fato de a conformação ser economicamente impraticável. Lembrando o que escrevera o sociólogo Max Weber: toda instituição social viável deve ser eficiente do ponto de vista econômico.

Então a perversa segmentação da sociedade brasileira entre um setor formal e informal, mais do que um problema ético e moral, é o efeito da inadequação das instituições às condições econômicas reais em que opera o mundo dos negócios. Os legisladores tendem a imaginar que eles podem, pelo simples poder de ditar leis, moldar a realidade a seus desígnios. A realidade é sempre resistente à legislação quando ela não se amolda às condições concretas do dia-a-dia das pessoas. A legislação concebida, se não for adequada, estará condenada ao fracasso na sua aplicação. Muitas vezes, a legislação nasce acertada, mas com o tempo ela caduca à medida que se transformam as condições da realidade. Portanto, a legislação deve ser constantemente atualizada à luz das mudanças econômicas, técnicas e sociais que forem se sucedendo. Ou se pensa nisso e tratemos de melhorar as instituições em sua própria concepção, ou então a sociedade brasileira estará fadada a continuar com esse conflito entre o setor formal e o informal da economia.

O confronto entre as pessoas do bem e os contraventores é outro dos conflitos básicos enfrentados pela sociedade brasileira. Este é um antagonismo fundamental, parte integrante da condição humana e faz parte do enfoque maniqueísta ancestral que sempre separou os bons dos maus. Remete a diversas mitologias do passado. Em termos do ideário político, trata-se do único tipo de luta social que podemos aceitar: os demais conflitos são antagonismos temporários que serão resolvidos com as reformas nas instituições e com o melhor nível de educação, de esclarecimento e consciência das pessoas. Voltaremos a falar deste conflito entre o bem e o mal nos capítulos posteriores, ocasião em que propugnaremos pela substituição das infames lutas racial, entre religiões, entre nações, luta de classes, pela verdadeira luta que devemos enfrentar como condição para a realização de nossas utopias: a luta contra o mal.

Estamos argumentando da necessidade de se separar os bons dos maus. Os psicólogos e filósofos morais discutem em quais casos a bondade e a maldade trata-se de um traço inerente da personalidade de cada um, um aspecto do caráter pessoal, ou é uma condição imposta pelo meio e pela trajetória individual de vida. Para nós este debate ontológico não interessa diretamente. Importa é que as pessoas revelam pelas ações que praticam a adesão ou não a princípios morais. Um sujeito pode praticar ações malévolas e depois se redimir, e passar a atentar-se para a prática do bem. O oposto também ocorre, a pessoa até então seguidora do bem resvala para o campo do mal (o eterno mito de Lúcifer: o anjo caído). Assim sendo, o maniqueísmo político não é congênito à pessoa, descreve uma condição mutável: qualquer um pode, a todo o momento, passar de um lado para outro. No entanto, a prática de ações incorretas de um ponto de vista moral jamais deve ser considerada como sendo apenas um erro por parte dos que a efetuam. Isto porque tais ações sempre envolvem uma intencionalidade, ou não seriam condenadas pela moral. Quem comete um ilícito age insensível à moral (geralmente porque não tem escrúpulos e avalia que não será pego). Podemos classificar a ação e o sujeito que a praticou com todos os adjetivos negativos de nosso acervo de palavras: bandido, canalha, patife, velhaco, sem-vergonha, desonesto e assim por diante. Um patife é sempre um patife ou poderia deixar de sê-lo? Trata-se de uma natureza ou de um estado, de uma condição? Ora, o indivíduo pode se redimir arrependendo-se e pagando pelos desvios éticos cometidos. É preciso que seja responsabilizado e que pague pela ilicitude. É necessário que ele se purgue consumindo-se na fogueira da vergonha e do arrependimento a fim de que ele se desvencilhe de toda essa tragédia. Depois, redimido, o sujeito seria outra pessoa; já pagou pelos seus pecados e trilharia agora o caminho do bem. Não devemos mais rotulá-lo de canalha, mas fica sempre a desconfiança de que esta seja a sua natureza e de que poderá, de forma incontrolável, recair na prática do mal. Erro é outra coisa: Poe exemplo, no futebol, quando um artilheiro ao cobrar um pênalti chuta a bola fora. Diríamos que se trata de um erro porque a intenção era outra, marcar mais um tento, e o chute saiu errado. Foi um erro, e não outra coisa. A ilicitude não é apenas um erro.

É muito curioso o episódio recente na vida política brasileira em que um partido (dentre outros) foi pego repassando recursos a empresários privados e a políticos aliados de forma totalmente ilícita, dentre outras ilegalidades com remessas não registradas de dinheiro ao exterior, transporte de valores em espécie, pagamentos irregulares de empresas estatais e outros desmandos fartamente documentados conforme revelaram as investigações. As provas se avolumam e, diante do inegável, membros do alto escalão do governo reconheceram: foi um erro. Na verdade, não se trata de um erro, mas de uma ilicitude, e como tal deve ser julgada pela justiça. Não nos deixemos enganar.

Político corrupto, com práticas que envolvem desvio de recurso político, compra de deputados, caixa dois de campanha ou outra qualquer, está na mesma categoria do ladrão comum. É errado condicionar o julgamento moral à condição social do transgressor. Consideramos importante que todos os praticantes de ilicitudes, desde o político mais poderoso, ou o homem mais rico, até o simples ladrão de galinha, sejam postos do mesmo lado: os que trilham a rota do mal. Enquanto estas pessoas permanecerem na transgressão serão consideradas nossas inimigas e contra elas a sociedade deve levar adiante uma luta sem tréguas. Os abusos devem ser punidos exemplarmente, os culpados têm que pagar pelos desvios, no cárcere ou de outra maneira. Depois de punidos, daríamos uma nova chance para

que se reintegrem à sociedade. Não se deve ser tolerante com o roubo e a corrupção. Não é nada bom que acreditemos que todos roubam e que sejamos brandos com os ilícitos. Existirá sempre o campo dos que estão ao lado do bem, embora potencialmente alguns deles possam cair em tentação. Os que são bem devem incessantemente pela derrocada do mal: uma luta árdua na qual não se deve tergiversar.

É importante o fortalecimento de instituições sociais que combatam os desvios de natureza ética. Para tanto, propugna-se pelo bom funcionamento do sistema jurídico: com baixos custos burocráticos no seu uso, com agilidade na tramitação dos processos e juízes íntegros. Também é importante uma imprensa livre, investigativa e atuante; disposta a denunciar a corrupção onde quer que haja fortes indícios. Leis específicas devem coibir os excessos de denúncias que degeneram na delação frívola, em calúnia, injúria e difamação. Para tanto, a lei já contempla os mecanismos de punição ao denunciante mal-intencionado. A busca de provas é de grande importância no trabalho jornalístico. A ética profissional deve ser observada por cada um dos integrantes da categoria. Tomados esses cuidados, é crucial o olhar vigilante da sociedade, cujo principal visor continua sendo a imprensa. Quando este conjunto de instituições funciona bem na regressão ao crime, tal fato repercute bastante positivamente no lado produtivo da economia. Menos corrupção certamente contribui para a maior confiança do investidor, reduz os custos de produção e minimiza o comportamento oportunista de inescrupulosos “caçadores de rendas”. Com menos corrupção, há mais incentivo para as pessoas investirem em sua própria educação escolar, em se qualificarem profissionalmente, em vez de se especializarem na busca de ganhos oportunistas e ilícitos resultantes do talento em imiscuir-se nas organizações políticas com o fito de apoderar-se de fatias da máquina públicas para a prática de desvios de recursos.

Outro conflito importante presente em todos os países é o choque de interesses entre os que hoje vivem e as novas gerações que ainda estão para nascer. O debate ecológico sublinha a necessidade de pensarmos na herança que concederemos a nossos filhos. O planeta Terra oferece-nos uma variedade incrível de recursos que utilizamos para o atendimento de nossas necessidades materiais. Não obstante isso, há que se ter cuidado com o uso desses recursos, pois, em muitos casos as fontes de suprimentos são escassas e não renováveis. Há um estoque total de recursos que se não soubermos usar com parcimônia serão consumidos por esta e pelas poucas próximas gerações, sem nada restar aos que vierem depois. Deve-se pensar no equilíbrio global da natureza; os sistemas ecológicos têm que ser preservados; a intervenção humana na natureza não deve afetar de maneira catastrófica o frágil equilíbrio do planeta, gerando maior extinção de espécies, mudanças climáticas, poluição, esgotamento de recursos etc. São, todos estes, exemplos de efeitos indesejáveis que nossa avidez por consumo produziria e que tornarão mais difícil a vida de nossos descendentes.

Portanto, deve-se pensar nas gerações futuras com essa consciência ecológica, mas isso não representa tudo. Da perspectiva de um país em desenvolvimento, devemos nos esforçar para que as pessoas que virão possam existir num mundo que lhes ofereça mais educação, maiores oportunidades profissionais e melhores proventos; em um mundo mais rico em termos econômicos e com maiores possibilidades de realização pessoal. Investir em educação, saúde pública e em outros requisitos para o desenvolvimento humano é pensar nas gerações futuras. No Brasil, a conta a ser paga por gerações futuras já está bastante alta. Eles

pagarão pela degradação ambiental, pela educação deficiente em que ainda nos encontramos (muitos deles serão filhos de pais semi-analfabetos, a baixa escolaridade permanecerá), ainda por cima arcarão com o peso da dívida pública que está hoje sendo paga e que continuará a ser bancada por eles.

Para as próximas duas gerações, nossos filhos e netos não devem esperar algo muito alvissareiro. O esforço com vistas ao desenvolvimento começará a colher alguns frutos, contudo, indubitavelmente ainda viveremos num contexto subdesenvolvido. As perspectivas de longo prazo serão melhores. A teoria do desenvolvimento econômico prevê um futuro brilhante como resultado do potencial da democracia brasileira de criar um consenso em torno de medidas heróicas e sensatas voltadas ao desenvolvimento humano. Se as próximas gerações terão inexoravelmente que arcar com parte de nossa insensatez passada (e presente) no trato com a natureza, no endividamento que legamos (talvez por uma causa justa), nada mais sensato que lhes oferecer tudo o que pudermos com o esforço presente em políticas sociais. Pensar no desenvolvimento anunciado pela teoria em questão significa pensar favoravelmente nas novas gerações. Os que ainda não existem não podem fazer hoje mesmo seu próprio grupo de pressão em prol de suas causas. É necessário então o desprendimento dos que, iluminados pelo farol da utopia do desenvolvimento, propugnam heroicamente pelos interesses dessas futuras gerações. Com isso, a luta entre gerações existentes e as que virão torna-se mais equilibrada, e o próprio conflito inter-geracional se ameniza.

Finalmente, outra importante disputa social que cabe aqui destacar é a que ocorre entre a burocracia do Estado e os políticos eleitos e seus indicados para cargos de confiança. Conforme se argumentou em capítulo anterior, o funcionamento do governo depende de dois tipos de pessoal: o funcionário da burocracia e os membros que ocupam os postos pelo sufrágio popular ou por indicação de políticos. Há controvérsias sobre que parte da máquina do Estado deve caber a funcionários de carreira e que parte seria ocupada pelo pessoal eleito ou indicado. As posições extremas e radicais dificilmente encontrariam algum defensor: ninguém imagina um Estado ocupado apenas por funcionários, uma espécie de ditadura da burocracia em que mesmo o cargo máximo esteja ocupado por um funcionário de carreira que ascendeu burocraticamente ao posto. Nem nas empresas privadas as coisas funcionam assim, e mesmo nelas os altos escalões de diretor geral, de presidente etc. são geralmente ocupados por pessoas de confiança dos acionistas, não são sempre alcançados por ascensão na carreira. A inevitabilidade de um processo de política de massa para a indicação dos responsáveis pelas altas decisões da burocracia do Estado nos parece um ponto pacífico.

Subsistem controvérsias, entretanto, a respeito de qual deveria ser o papel da política no preenchimento dos cargos da máquina pública. Um modelo que vem conquistando mais adeptos defende que o Poder Executivo, na figura do Presidente da República, tenha poderes bastante reduzidos em termos da indicação de nomes para cargos de confiança. A base dessa posição é a de que os agrupamentos que chegam ao poder são relativamente pouco numerosos e não possuem quadros técnicos para preencher os principais cargos de confiança da organização do Estado. Se for um partido político caracteristicamente aberto à sociedade, com muitos canais de interlocução com a chamada sociedade civil, ele terá condições de buscar em cada caso, o melhor nome, do ponto de vista da experiência, do preparo técnico-profissional e da qualificação moral, para preencher o cargo. No entanto, quando na

democracia vicejam partidos de corte populista, corre-se o risco de que organizações sectárias cheguem ao poder. Os partidos sectários apresentam invariavelmente quadros internos mais despreparados, ao mesmo tempo em que enfrentam resistências de segmentos bem qualificados da sociedade. Tais resistências ocorrem, a despeito do desejo natural de qualquer patriota em participar de cargos importantes da gestão pública, porque muitas celebridades de reconhecida competência não dialogam bem com o referido agrupamento, ora por repulsa ideológica, ora porque são cépticos com relação à capacidade do governo em questão; não querem se envolver muito com esta gestão até para não se comprometerem depois. E preferem permanecer afastar desses cargos. As escolhas do governante restringem-se a alguns talentos acadêmicos de categoria inferior para serem sondados a respeito dos cargos (jovens professores universitários competentes, porém, em início de carreira e sem muita experiência no setor público, ou profissional mais veterano e, no entanto, medíocre), ou então alguém da massa de militantes do próprio partido, na maioria composta de gente despreparada que se especializara apenas como agitadores no interior do partido. Fazem da atuação na vida partidária sua profissão. Muitos deles não passam de apadrinhados dos comandantes do partido, aduladores e exploradores do carisma do líder.

Uma solução intermediária seria manter um número considerável de nomeações a cargo do Executivo (certamente menos cargos dos que vigoram hoje), mas impor que todos os nomes indicados para o primeiro e o segundo escalão do governo (incluindo os diretores de empresas estatais) sejam sabatinados pelo Senado, com poder pleno de vetar a indicação. Com isso as pessoas propostas pelo governo para as posições mais importantes seriam avaliadas do ponto de vista de suas qualificações para o cargo em questão. Evidenciando-se que o nome surgiu para beneficiar políticos aliados, como moeda de troca pelos favores recebidos, ou para acomodar interesses de apadrinhados ou a demanda da militância partidária, a pessoa seria naturalmente recusada para a função. Em uma jovem democracia como a brasileira, em que o setor público tem grande presença na Economia, com o Estado constituindo uma imensa organização, além do conjunto de empresas estatais, corre-se o risco de que o partido populista no poder queira aparelhar as estruturas do Estado, preenchendo posições estratégicas da máquina pública apenas com gente de sua facção política, mesmo que desqualificada. A coloração partidária das estruturas do Estado é algo inadmissível numa democracia e representa uma usurpação e um abuso de poder.

A melhora na infraestrutura institucional atual seguramente atenuará todos esses conflitos analisados anteriormente. Ao mesmo tempo em que oxigena o ambiente econômico, tranquilizando os investidores, tal melhoria sinaliza para as pessoas que elas invistam em seu potencial produtivo e não mais no refinamento do talento para o aproveitamento oportunista das benesses do Estado, ou para a corrupção e o desvio de verbas. O investimento profissional para o cidadão comum será a prioridade estratégica na sua vida. A participação política viria como um complemento à atividade profissional. Apenas políticos que seguidamente ocupam cargos públicos têm na política sua carreira pessoal. Anteriormente à dedicação à política, espera-se que eles tenham construído um currículo atuando em alguma profissão. A população em geral não deve ter na política um modo de ascensão econômica. A política, em sua conotação mais nobre, consiste num exercício da cidadania: o político idealmente é a pessoa abnegada que deseja servir às pessoas. Reduzindo-se a possibilidades de as pessoas viverem apenas de expedientes para capturarem para si a renda dos outros, do conjunto dos

contribuintes, quer de maneira apenas ilegítima ou mesmo de modo ilícito, elas irão se preocupar mais com sua trajetória profissional e menos com a caça à renda dos demais.

A doutrina do desenvolvimento econômico, tal como exposta anteriormente, realça o papel dos investimentos para o crescimento econômico e o desenvolvimento pessoal. Outro aspecto importante para o crescimento do produto per capita do país é manter as pessoas, que estão na faixa etária apropriada para a vida produtiva, ocupadas e trabalhando. As atividades de trabalho verdadeiramente digno são aquelas em que se geram utilidades para os demais (bens e serviços que são desejados). O mau funcionamento da organização social acaba alocando muita gente em atividades que não são propriamente o que se chamaria de trabalho, mas ações de indivíduos associados entre si para surrupiar o dinheiro da contribuição dos verdadeiros trabalhadores. Asseveramos que se combata este tipo de prática e que as pessoas sejam compelidas a uma forma decente de ganhar a vida.